



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**PARECER:** 244/2017–ML

**ASSUNTO:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 29.153/2012 (Apenso: Processos nºs 480.000.583/2012 e 053.000.860/1995)

**EMENTA:** 1. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. CBMDF. INATIVIDADE DO MILITAR. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA EFETIVA MUDANÇA DE DOMICÍLIO. CITAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE DEFESA. DECISÃO Nº 3.581/2015. IMPROCEDÊNCIA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. DECISÃO Nº 3.532/2016. DESPROVIMENTO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÕES NºS 4.808/2015 E 4.653/2016. REJEIÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NOVAS DILIGÊNCIAS PARA DESCONTO EM FOLHA. IMPOSSIBILIDADE. FALECIMENTO DO BENEFICIÁRIO. JUNTADA DA CERTIDÃO DE ÓBITO. NOTIFICAÇÃO DO ESPÓLIO.

2. ÁREA TÉCNICA SUGERE A **NOTIFICAÇÃO DO ESPÓLIO** PARA O RECOLHIMENTO DO DÉBITO APURADO.

3. **AQUIESCÊNCIA DO MPC/DF.**

1. Os autos do processo em epígrafe tratam de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada para apurar a existência de irregularidade ocorrida na concessão e pagamento de indenização de transporte ao militar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, Sr. Alcy Batista de Oliveira, quando de sua passagem para a inatividade.

2. Na última assentada sobre o mérito, o e. **Tribunal** deliberou acerca recurso de reconsideração, por intermédio da r. Decisão nº 3.532/2016 (fl. 178), conforme a seguir:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do requerimento de fls. 145/146; b) da Informação nº 58/2016-SECONT/2ªDICONTE (fls. 149/159); c) do Parecer nº 534/2016-CF (fls. 160/164-v); II – no mérito, negar provimento ao recurso de reconsideração de fls.123/136, mantendo, na íntegra, os termos da Decisão nº 3.581/2015 e dos Acórdãos nºs 433/2015 e 434/2015; III – em consequência, notificar o recorrente identificado no § 48 da Informação nº 58/2016-SECONT/2ªDICONTE acerca do não provimento de seu recurso, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do débito que lhe foi atribuído no processo em exame, conforme indicado à fl. 148, devendo o mesmo ser atualizado na data do efetivo pagamento; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências de sua alçada.” (Grifos acrescidos).*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

3. Irresignado com os termos do r. **Decisum** supra, o beneficiário opôs embargos de declaração, constantes às fls. 110/113 e 183/187, os quais foram rejeitados por esta c. **Corte**, por intermédio das rr. Decisões nºs 4.808/2015 e 4.653/2016 (fls. 118 e 206).

4. Malgrado regularmente notificado (fl. 207) dessas deliberações, o militar-beneficiário da indenização de transporte em tela deixou de comprovar o recolhimento aos cofres distritais do valor apurado neste e. **TCDF**.

5. Sem embargo, o CBMDF informou que não foi possível promover o desconto em folha em razão de o militar ter falecido em 30/6/2016, consoante a certidão de óbito de fl. 212.

6. Sobre esse ponto, assim se manifestou o Corpo Técnico:

*“6. No presente feito, cabe observar que o militar Alcy Batista de Oliveira – ainda em vida - foi citado validamente, exerceu plenamente o seu direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como manejou recurso nos autos. Eis que a decisão condenatória e o título executivo foram gerados ante morte do responsável, portanto, o processo encontra-se validamente desenvolvido.*

*7. Por conseguinte, constatado o dano a que dera causa o responsável falecido, resta claro que a obrigação de repará-lo deva ser suportada pelo espólio ou herdeiros, a teor do disposto no inciso XLV do art. 5º da CF/88.*

*8. Para que se dê prosseguimento à cobrança da dívida, considerando que a notificação de fls. 207, expedida em 27.09.2016, foi encaminhada post mortem do responsável, convém seja efetuada a notificação do espólio, na pessoa da Srª. Célia de Faria Oliveira, cônjuge supérstite do militar falecido, conforme consta na Certidão de óbito de fl. 212, em analogia ao previsto no art. 165, § 2º, do RITCDF2.*

*9. Cabe informar que, mediante pesquisa realizada no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE (fl. 213), verificou-se que consta **pensão vitalícia** instituída pelo militar falecido em benefício da Sra. Célia de Faria Oliveira.”*

7. Ao final, propôs ao c. **Plenário** o seguinte:

*“I. conhecer dos termos do ofício nº 30/2017 – CBMDF-GABCG, fls. 210/211 e da Certidão de Óbito de fls. 212;*

*II. autorizar a notificação do espólio do Sr. Alcy Batista de Oliveira, na pessoa da Srª. Célia de Faria Oliveira, viúva do militar falecido para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o valor atualizado do débito de que trata a Decisão nº 3.581/2015 e o Acórdão nº 433/2015, autorizando, desde já, a adoção das providências cabíveis, nos termos do artigo 29 da LC 01/1994, caso não haja manifestação da interessada;*

*III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.”*

8. É o relatório. Passo a opinar.

9. **Ab initio**, destaco que esse Órgão Ministerial **converge** com a manifestação do Corpo Técnico.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

10. Isso porque, a teor da **certidão de óbito** juntada à fl. 212 do apenso, é possível constatar que o militar faleceu em **30/6/2016**, após o exercício da ampla defesa e do contraditório, ao abrigo do devido processo legal, e **depois da notificação para recolhimento do débito, que foi efetuada em 6/10/2016**. Ademais, conforme consta do documento, o **de cujus** deixou bens a inventariar.

11. De se ver, portanto, que a notificação supra foi encaminhada **post mortem** ao beneficiário, motivo pelo qual, no sentir deste **Parquet** de Contas, devem ser **notificados os sucessores** do beneficiário da indenização de transporte ou o **espólio**, caso ainda não tenha sido concluído o inventário, para o devido **recolhimento do valor atualizado do débito apurado** na presente TCE.

12. Reforço que o falecimento do beneficiário **não tem o condão de retroceder** a relação processual já formada; em outras palavras, **in casu**, não há dúvidas acerca da observância do contraditório em todas as fases deste Processo, o que permite que o **espólio**<sup>2</sup> (caso não tenha sido concluído o inventário) **ou os sucessores**, a depender da situação fática, representem o **de cujus** no sobredito ressarcimento, integrando o **pólo passivo nas ações dessa natureza e responderem no limite do patrimônio transferido pelo de cujus**, conforme, inclusive, prevê o Código de Processo Civil, nos artigos 642 e seguintes.

13. Isso porque, à exceção da esfera criminal, em que, por disposição constitucional, há impedimento de que a pena passe da pessoa do condenado (art. 5º, XLV), corolário do **princípio da personalidade da pena**, é **perfeitamente possível** que nas TCEs a notificação para recolhimento do débito seja realizada em nome do espólio ou dos sucessores, desde que obedecidos os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório. Nesse sentido, a própria Carta da República, no sobredito art. 5º, XLV, estabelece que a obrigação de reparar o dano será estendida aos sucessores e contra eles executadas, **até o limite do patrimônio transferido**.

14. Cito, ainda, o Código Civil, que em seu art. 1.997 assim estabelece:

*“Art. 1.997. A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido; mas, feita a partilha, só respondem os herdeiros, cada qual em proporção da parte que na herança lhe coube.*

15. A doutrina, ao analisar o referido dispositivo legal, é uníssona a respeito da possibilidade de alcance de bens do **de cujus** para adimplir dívidas por ele deixadas. Nesse contexto, transcrevo os seguintes trechos da obra de **Caio Mário da Silva Pereira** e **Sílvio Rodrigues**:

*“Nesta matéria, questão que logo se põe é a da responsabilidade pela liquidação do passivo, isto é: a quem cabe promover o pagamento dos débitos. Excluídos os*

<sup>2</sup> Em consonância com o art. 12, V, do Código de Processo Civil, que assim dispõe:

*“Art. 12. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:*

*(...)*

*V – o espólio, pelo inventariante;”*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*legatários, que como sucessores singulares recebem coisa certa e determinada, cabe aos herdeiros solver as dívidas, porém intra vires hereditatis [nos limites da herança]. Mas, se o monte não comportar as liberalidades testamentárias, sofrem os legatários a diminuição ou a perda dos legados, pois que também prevalece aqui a regra que preside às doações: Nemo liberalis nisi liberatus. Ninguém pode ser liberal, se não tiver seu patrimônio livre.”<sup>3</sup> (Grifos acrescidos).*

*“É conhecida a regra de que o patrimônio do devedor responde por suas dívidas. Ora, sendo a herança o acervo de bens que constitui o patrimônio do finado, é natural que deva responder por seus débitos. (...)*

*Antes da partilha, o acervo total deixado pelo de cujus responde pelo pagamento das dívidas (CC, art. 1.997, 1ª parte).*

*Entretanto, ultimada a partilha, a herança, como tal, desaparece. Esse ato, contudo, não pode frustrar o direito dos credores, que só se extingue pelo pagamento ou pela prescrição. Portanto, os credores podem, mesmo depois da partilha, exigir dos herdeiros, proporcionalmente, o pagamento dos créditos que tenham contra o falecido (CC, art. 1.997, 2ª parte).*

*Realmente, a partilha é feita aos herdeiros na presunção de que os bens partilhados pertencem ao espólio, pois não há mais dívidas. Se, todavia, é o contrário que se verifica, já que remanesceram débitos a ser resgatados, o dever de resgatá-los se transmite aos herdeiros. Estes, em tese, representam a pessoa do finado. A eles se impõe o dever de pagar as dívidas que deviam ser pagas por seu representado.”<sup>4</sup> (Grifos acrescidos).*

16. E esse entendimento **não é recente**. Desde o Código Civil de 1916 tem sido abraçada a tese de que os bens deixados pelo falecido respondem pelas dívidas por ele contraídas, presentes e futuras, desde que não fulminadas pela prescrição. Como as ações de ressarcimento ao Erário são, como regra, imprescritíveis, consectário lógico é que as dívidas também o são, o que finda por permitir o alcance dos bens deixados pelo **de cujus** ou transferido aos sucessores.

17. A propósito, cito a doutrina de **Washington de Barros Monteiro**, ao comentar os arts. 1.597 e 1.796 do Código Civil brasileiro de 1916:

*“(...) o herdeiro só responde pelos débitos na medida das forças da herança. Ele não abona com seus bens as dívidas do de cujus (...).*

*Eis o sistema da lei brasileira, que assim removeu todas as dificuldades que se antolhavam anteriormente. Os herdeiros não respondem pelas dívidas que ultrapassem as possibilidades de seus quinhões sucessórios; não podem, pois, ser acionados por débitos do espólio, quando os recursos destes se mostrem insuficientes para atender ao pagamento.*

*Comprovada a insuficiência, o que normalmente se apura nos autos de inventário, isentar-se-á o herdeiro de maiores responsabilidades. Aplicar-se-á a herança na solução do passivo, porém, se não bastar, o herdeiro responderá pelo excesso. Constitui*

<sup>3</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil. Volume VI**. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 359/360.

<sup>4</sup> RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: Direito das Sucessões. Volume 7**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 331/332.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*princípio normativo do nosso direito a responsabilidade limitada às possibilidades do acervo hereditário.”<sup>5</sup>*

18. Ademais, com o intuito de corroborar a tese de que é possível a citação do espólio (na pessoa do inventariante, caso a partilha ainda não tenha sido concretizada) ou dos sucessores, o próprio CPC, em seus arts. 642 e seguintes, estabelece o procedimento.

19. Feita a partilha, a dívida deverá ser buscada dos sucessores, para quem os valores deixados pelo **de cujus** foram transferidos, haja vista que, com a homologação da partilha cessa a legitimidade do espólio, momento em que finda a representação conferida ao inventariante pelo art. 75, VII, do CPC<sup>6</sup> (REsp 1.162.398, **Terceira Turma**, Rel. Min. **Massami Uyeda**, DJe de 28/9/2011).

20. Destaco, ainda, que a Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/1992, além de dispor sobre atos ímprobos, estabelece as sanções e a obrigatoriedade de ressarcimento ao Erário daquele que se locupleta ilicitamente em face do Estado, é clara em seu art. 8º ao destacar que *“O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança”*.

21. Ora, a hipótese dos autos está intimamente relacionada ao disposto no artigo supramencionado. A bem da verdade, o que realmente houve foi o enriquecimento ilícito do agente público às custas do Erário, porquanto, embora pudesse receber o montante inicial atinente à sua transferência para a inatividade, **não comprovou, no prazo estabelecido pelos normativos aplicáveis, a efetiva mudança de domicílio, o que findou por macular o ato de recebimento da indenização.**

22. Nesse contexto, transcrevo trecho do voto proferido pelo em. Min. **Herman Benjamin** do e. **Superior Tribunal de Justiça**, que apreciou, em certa medida, a matéria em exame:

*“Anoto que o art. 1.997, caput, do Código Civil, ao tratar da sucessão, dispõe que ‘A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido’. Por ‘dívidas’ entende-se também a multa civil, tanto quanto a administrativa (multas de trânsito, p. ex.), mas tão-só nos termos e limites estabelecidos na legislação especial.*

*Nesse diapasão, não me parece que tais dispositivos respaldem a transmissão da multa por improbidade por violação tão-somente do art. 11, confinando-se sua transmissibilidade apenas quando reconhecida a infração aos arts. 9º e 10. É o que deflui da Lei de Improbidade:*

*Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.*

*Observa-se que a lei admite a sucessão mortis causa somente em caso de lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito. Outra não pode ser a mens legis senão a de que apenas é transmitida ao sucessor do de cujus a multa civil quando associada a valores correspondentes ao ressarcimento do Erário e aos auferidos ilicitamente.”*

*(REsp 951.389/SC, Primeira Seção, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 4/5/2011).*

<sup>5</sup> MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil. Parte Geral**. São Paulo: Saraiva, 1975, p. 54/55.

<sup>6</sup> Art. 12, V, do antigo CPC.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

23. Portanto, se cabível a transmissão aos sucessores do valor relacionado à multa de natureza civil aplicada ao falecido, **com mais razão** o ressarcimento aos cofres públicos.

24. Diante desses argumentos, parece-me inconteste a **obrigatoriedade da notificação** do espólio, na pessoa do inventariante<sup>7</sup> (caso a partilha ainda não tenha sido concretizada), ou dos sucessores, para que recolham o valor do débito atualizado

25. Por derradeiro, ressalto a informação trazida pela Unidade Técnica quanto à existência de **pensão vitalícia** instituída pelo ex-militar falecido em benefício da Sra. Célia de Faria Oliveira, evidenciando a possibilidade de ressarcimento ainda que não sejam encontrados bens inventariados.

26. Ante o exposto, este **Parquet** especializado **coaduna** com as conclusões emanadas da percuciente Unidade Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 28 de março de 2017.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador

---

<sup>7</sup> Em consonância com o art. 75, VII, do Código de Processo Civil, que assim dispõe:  
“Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente: (...)  
VII – o espólio, pelo inventariante;”